

LEI Nº 1.465/12

EMENTA: Modifica artigos, parágrafos e incisos da Lei 1.314/07, que criou o Conselho Municipal de Educação de Sertânia, definindo as suas competências, sua estrutura, órgãos, composição e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco e no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º. O Conselho Municipal de Educação do Município de Sertânia é órgão deliberativo e consultivo de ensino, com poderes para emitir normas e pareceres administrativo-educacionais que, legalmente, lhe couberem.

ART. 2º. O Conselho Municipal de Educação de Sertânia tem como essencial e principal finalidade primar pelo estabelecimento, pelo acompanhamento e pela avaliação da política municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além do disposto no *caput*, compete ao Conselho Municipal de Educação de Sertânia:

- I. elaborar o seu Regimento Interno, modificá-lo, quando necessário;
- II. acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação (PME) e participar de sua elaboração e execução;
- III. realizar e divulgar estudos e pesquisas sobre a temática educacional, preferencialmente vinculada à Educação Municipal;
- IV. assessorar a Secretaria Municipal de Educação na formação de políticas e planos educacionais;
- V. zelar pela realização dos princípios da Educação Nacional, bem como pelo cumprimento da legislação educacional, inclusive mantendo intercâmbio e cooperação com outros órgãos educacionais, especialmente com o Ministério Público;
- VI. solicitar aos órgãos educacionais, os esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas competências;
- VII. publicar relatório anual sobre a sua atuação

ART. 3º. O Conselho Municipal de Educação de Sertânia é composto pelos seguintes órgãos:

- I. Presidência;
- II. Vice-Presidência;

- III. Câmara de Educação Infantil;
- IV. Câmara de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;
- V. Comissão de Legislação e Normas;
- VI. Comissões Especiais.

ART. 4º. O Conselho Municipal de Educação de Sertânia poderá praticar atos normativos, sob a forma de pareceres e resoluções, cada qual com número sequencial seguido da data de sua prática.

ART. 5º. A Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia, deverá ser exercida por Conselheiro eleito entre e por seus pares, por maioria absoluta, em votação secreta, para mandato de dois anos.

Parágrafo único – O Presidente poderá ser reeleito uma única vez, para um mandato subsequente.

ART. 6º. A Vice-Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia, deverá ser exercida por Conselheiro eleito entre e por seus pares, por maioria absoluta, em votação secreta, para mandato de dois anos.

Parágrafo único – O Vice-Presidente poderá ser reeleito, uma única vez, para um mandato subsequente.

ART. 7º. À Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia compete:

- I. administrar e representar o Conselho Municipal de Educação de Sertânia
- II. convocar e presidir as reuniões e, nelas, decidir questões de ordem;
- III. nomear os Conselheiros para as Câmaras e Comissões, inclusive para as comissões especiais,
- IV. designar assessores técnicos para Câmaras e Comissões;

ART. 8º. Os atos normativos da Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia tomarão a forma de Portaria, com número sequencial e a data de sua prática.

ART. 9º. As Câmaras e Comissões referidas pelos incisos IV a VII do art. 3º, integradas por Conselheiros Municipais de Educação, nomeados na forma do inciso III do art. 7º, são órgãos colegiados e deliberativos, competindo-lhes:

- I. à Câmara de Educação Infantil: apreciar assuntos e processos referentes a creches e pré-escola;
- II. à Câmara de Ensino Fundamental e de Ensino Médio: apreciar assuntos e processos referentes a esses níveis de ensino, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Profissional e à Educação Especial;

- III. à Comissão de Legislação e Normas: apreciar assuntos e processos referentes a matérias de natureza jurídico-educacional;
- IV. às comissões especiais: cumprir a finalidade expressa no ato normativo de sua constituição.

ART. 10. As Câmaras e Comissões referidas pelo art. 10 serão presididas, cada qual, por um de seus membros, eleito entre e por seus pares, por maioria absoluta, em votação secreta, para mandato de dois anos.

§ 1º. A eleição da Vice-Presidência das Câmaras e das Comissões obedecerá aos mesmos critérios dispostos pelo *caput*.

§ 2º. A presidência das comissões especiais, será nomeada pelo ato de sua constituição.

ART. 11. Os Conselheiros Municipais de Educação de Sertânia, em número de 11 (onze), são representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, indicados por entidades, sendo pessoas com reconhecidos serviços públicos prestados à Educação, à Ciência e à Cultura, e nomeados pela Chefia do Poder Executivo Municipal para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para um único mandato subsequente.

§ 1º. Na nomeação dos Conselheiros Municipais de Educação de Sertânia, a Chefia do Poder Executivo Municipal observará as seguintes procedências:

- I. 3 (três) representantes e respectivos suplentes da Secretaria Municipal de Educação;
- II. 1 (um) representante e respectivo suplente dos professores municipais da Educação Básica;
- III. 1 (um) representante e respectivo suplente dos diretores das escolas públicas municipais de Educação Básica;
- IV. 1 (um) representante e respectivo suplente dos servidores técnico-administrativo municipais;
- V. 1 (um) representante e respectivo suplente das organizações não-governamentais;
- VI. 1 (um) representante e respectivo suplente do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- VII. 1 (um) representante e respectivo suplente dos pais de alunos da Educação Básica ofertada pelo Município de Sertânia;
- VIII. 1 (um) representante e respectivo suplente dos estudantes da Educação Básica ofertada pelo Município de Sertânia;
- IX. 1 (um) representante e respectivo suplente das escolas de administração privada.

§ 2º. São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação de Sertânia:

- I. o cônjuge e parentes consanguíneos e afins, até o terceiro grau, inclusive, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, do Governador e do Vice-Governador do Estado de Pernambuco, bem como do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.
- II. estudante menor de 18 (dezoito) anos ou não emancipado na data da nomeação;
- III. representante de pais de alunos que:
 - a) exerçam função pública de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo do Município de Sertânia;
 - b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Público Municipal.

ART. 12. Ao Conselheiro Municipal de Educação, no que couber, aplicar-se-á a legislação funcional do Município de Sertânia.

ART. 13. Uma vez aprovada esta Lei, a Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia nomeará Comissão de Elaboração do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Sertânia, que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, detalhar o seu funcionamento, especialmente sobre:

- I. a convocação, a instalação, o funcionamento, os quóruns de aprovação das decisões, a pauta, a ordem e o procedimento dos trabalhos do Conselho, das Comissões e das Câmaras;
- II. as condições de interposição de recurso contra decisões dos órgãos;
- III. as condições de funcionamento conjunto de Câmaras e Comissões;
- IV. a participação de conselheiro em mais de uma Câmara para composição de *quorum*;
- V. a substituição da Presidência e da Vice-Presidência do Conselho Municipal de Educação de Sertânia, da Presidência e da Vice-Presidência de suas Câmaras e Comissões em situações de vacância, falta ou impedimento do titular;

ART. 14. Resguardada a validade dos atos praticados sob a égide da legislação municipal anterior, fica ab-rogada a Lei 1314/07, a partir da data de publicação desta Lei.

ART. 15. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2012.

Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos
Prefeita